

# “A ECONOMIA POLÍTICA DO POSSÍVEL”: O ENSAIO NOVO DESENVOLVIMENTISTA ARGENTINO E BRASILEIRO EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Luciana Rosa de Souza<sup>1</sup>

Camila Rosalen Marsiglia<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa comparativamente os ‘ensaios desenvolvimentistas’ aplicados na Argentina e no Brasil após 2003. Comparamos políticas econômicas, aspectos políticos e sociais com base em pesquisa qualitativa, a partir da literatura disponível, sobre os governos de Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, e, Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil. Perguntamos: Quais os pontos de divergência do novo desenvolvimentismo vivenciado na Argentina e Brasil após 2003? O objetivo é resgatar os projetos de novo desenvolvimentistas de cada país observando as diferenças entre eles. O texto foi estruturado em três eixos analíticos. O primeiro trata da emergência dos governos progressistas na América Latina e seus impactos para a retomada da perspectiva ‘novo’ desenvolvimentista. O segundo detalha as nuances ‘novo’ desenvolvimentista em cada um dos países. No último momento comparamos os dois modelos.

**Palavras-chave:** novo desenvolvimentismo; Argentina; Brasil.

**Abstract:** This article analyzes comparatively the 'developmental essays' applied in Argentina and Brazil after 2003. We Compare economic policies, political and social aspects based on qualitative research, based on available literature, on the governments of Néstor and Cristina Kirchner in Argentina, and, Luiz Inácio Lula da Silva, in Brazil. We ask: What are the points of divergence of the new developmentalism experienced in Argentina and Brazil after 2003? The goal is to rescue the new development projects of each country by observing the differences between them. The text was structured in three analytical axes. The first deals with the emergence of progressive governments in Latin America and their impacts on the resumption of the 'new' developmentalist perspective. The second details the 'new' developmental nuances in each of the countries. In the last moment we compares the two models.

**Palavras-chave:** new developmentalism; Argentina; Brazil

## 1. Introdução

Desenvolvimento é uma perspectiva teórica do campo das ciências econômicas que teve proeminência na *práxis* política do período imediato pós Guerra. Naquela circunstância, vendia-

1 Professora e pesquisadora do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: [lurosasz@gmail.com](mailto:lurosasz@gmail.com)

2 Bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal de São Paulo.

se à idéia de que os países subdesenvolvidos seriam capazes de superar suas limitações, logo, o desenvolvimento era uma questão de tempo e de maturidade. Foi neste contexto que surgiram as propostas do desenvolvimento equilibrado<sup>3</sup> de Roseinsein-Rodan (1943), com a teoria do Big Push<sup>4</sup>, Rostow (1956) e o conceito de decolagem<sup>5</sup>, Lewis (1954) com o conceito de sociedade dual<sup>6</sup> e Nurkse (1957). Nurkse (1957), um dos mais importantes teóricos do modelo equilibrista, afirma que há, nos países pobres, grande dificuldade em criar um ambiente propício para o desenvolvimento em decorrência da limitada dimensão do mercado.

Em contraposição à escola neoclássica emergiram os autores heterodoxos que traziam a possibilidade do desenvolvimento desequilibrado, Raúl Prebisch, Celso Furtado, e Albert Hirschman (1960). Hirschman (1960) que à luz das economias periféricas subdesenvolvidas, formulou, uma proposta de desenvolvimento desequilibrado, criticando o equilibrismo que defendia investimentos e taxas de crescimento simultâneas entre todos os setores industriais.

A corrente heterodoxa do desenvolvimento econômico trouxe o germen para a teoria estruturalista Latino Americana, que nasceu nos 1940. Ou seja, a perspectiva estruturalista foi a adaptação da teoria do desenvolvimento<sup>7</sup> para a realidade latino americana (COLISTETE, 2011).

O pensamento estruturalista surgiu em meio ao processo de industrialização dando suporte teórico à estratégia de desenvolvimento nacional e crescimento pelo qual os países subdesenvolvidos estavam inseridos (BRESSER-PEREIRA; GALA; 2010). Passado seu apogeu, o pensamento estruturalista foi desafiado primeiro pela a teoria da dependência<sup>8</sup>, em 1960 e posteriormente, em 1980, pelo Consenso de Washington – com as reformas institucionais e econômicas. As propostas ‘novo’/‘neo’/‘social’ desenvolvimentistas na América Latina

3 Também conhecida como escola neoclássica do desenvolvimento econômico.

4 Teoria do Big Push: para Roseinsein-Rodan, os países em desenvolvimento necessitam de uma grande quantidade de investimentos para se desenvolver. Crê que a injeção de pequenas quantidades de investimento somente levará a um desperdício de recursos.

5 Decolagem para Rostow se aproxima do conceito de revolução industrial, em que as taxas de investimento aumentem o suficiente para fazer crescer o produto per capita.

6 Para Lewis, a estrutura do subdesenvolvimento é dual: uma ilha de modernidade cercada por um vasto mar de atraso (setores com baixa produtividade).

7 Nasceu no norte e focava as nações mais pobres do norte.

8 A Teoria da Dependência surgiu na década de 1960 para repensar o pensamento Cepalino. Parte do pressuposto de que a formação de uma economia mundial competitiva e hierarquizada gera conflito de interesses entre diversas classes. Constitui-se da relação entre os países centrais e periféricos representada pela burguesia através de compromissos estabelecidos e competitividade. Um dos principais estudiosos brasileiros foi Ruy Mauro Marini (DANIEL, Paulo, 2012).

despontaram com o fracasso das ações reformistas propostas pelo Consenso de Washington. Argentina e Brasil aparecem como expoentes da perspectiva ‘novo’ desenvolvimentista na América Latina, por serem os países que lograram maior êxito em seus processos de industrialização (Silva, 2015).

Assim, este artigo trata da teoria do desenvolvimento econômico em sua aplicação recente, qual seja, o ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista na América Latina após 2003. Tem Argentina e Brasil como países para observação e reflexão, dos modos e meios pelos quais este ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista tomou a América Latina. O ano de 2003 foi considerado como recorte temporal por ter sido o início dos governos Kirchner (Néstor) e Lula. A questão de pesquisa indaga: Quais os pontos de divergência do ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista vivenciado na Argentina e Brasil após 2003?

O método para buscar os pontos de divergência consiste na análise comparativa viabilizada pela criação de uma tipologia que cruza informações das características do ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista *vis a vis* as ações e práticas políticas adotadas por cada país nas áreas econômica, social e política. O artigo foi dividido em três momentos, no primeiro discutimos a emergência dos governos ‘progressistas’ e da retomada da perspectiva de desenvolvimento ‘possível’ em ambos países. Em um segundo momento apresentamos as características gerais e específicas do novo’ desenvolvimentismo na Argentina e no Brasil. Para finalmente, passarmos à comparação do ‘ensaio’ desenvolvimentista em ambos os países.

## **2. Governos progressistas e o Novo Desenvolvimentismo na Argentina e no Brasil**

### **2.1. ‘Ensaio desenvolvimentista’: as versões do desenvolvimentismo na era financeirizada**

No início dos anos 2000, a América Latina apresentava aspectos de ruptura política e econômica, devido às perdas dos direitos sociais, aumento do desemprego estrutural e pobreza e dos desequilíbrios macroeconômicos. Casos emblemáticos na região, Argentina com a crise de 2001<sup>9</sup> passou a contestar o modelo neoliberal, ao passo que no Brasil surgiram argumentos

<sup>9</sup> Ficou conhecido como o Argentinazo, foi uma revolta popular oriunda de uma crise econômica, política e social muito profundas.

‘novo’ desenvolvimentistas (Castelo Branco, 2009). As contestações ao neoliberalismo que surgiram na América Latina representavam uma ‘terceira via’ para o populismo burocrático da antiga esquerda e para a ortodoxia convencional das elites neoliberais da região (Castelo Branco, 2009).

Em termos teóricos, no Brasil, o conceito de “desenvolvimentismo” durante o governo Lula possui três interpretações. A primeira, chamada de ‘novo’ desenvolvimentismo (OREIRO;MARCONI, 2016) defende a adoção de uma estratégia de desenvolvimento baseada em: i) crescimento econômico financiado com poupança interna; ii) promoção de exportações de manufaturados;iii) evitar a sobrevalorização da taxa de câmbio, para não gerar a doença holandesa; iv) salários crescendo no mesmo ritmo da produtividade; v) Política fiscal usada para estabilizar o nível de atividades (desde que respeite a solvência intertemporal das contas públicas); vi) adoção de políticas de distribuição de renda.

A segunda interpretação, apelidada de ‘social’ desenvolvimentismo<sup>10</sup>, entende que a política macroeconômica deve ser anticíclica, criando um ambiente favorável ao investimento produtivo (CARNEIRO at al., 2012);(ROSSI, 2015). A última interpretação é crítica a proposta desenvolvimentista, chamando-a de ‘neo’ desenvolvimentismo (SAMPAIO JR, 2012). Esta perspectiva entende que o ‘neo’ desenvolvimentismo nada mais é que a exaltação do crescimento e da modernização dos padrões de consumo como fins em si mesmo. Ou seja, o conceito seria transmutado em uma face capitalista virtuosa capaz de conciliar crescimento com equidade. No entanto, tal face virtuosa se sustenta na redução dos aspectos negativos presentes no modelo. Quais sejam, a manutenção do tripé macroeconômico, o qual é por si só excludente e gerador de iniquidade.

Para efeito analítico, neste artigo, usaremos a nomenclatura ‘novo’ desenvolvimentismo, o qual foi entendido como a “construção de um espaço de coordenação entre as esferas pública e privada, com o objetivo de ampliar a renda nacional e os parâmetros de bem-estar social... em um contexto de globalização” (Boschi;Gaitán,2008).

Silva (2015) aponta que, após 2003, tanto Argentina como Brasil lograram promover uma

10 As críticas a esta perspectiva englobam tanto o uso do investimento público em empresas estatais associada à expansão do gasto público orçamentário com crescimento da massa salarial e do volume de crédito para promover a expansão do produto; como o fato desta interpretação desenvolvimentista não considerar a eficácia do ajuste de preços macroeconômicos como indutor de mudanças na estrutura produtiva da economia (OREIRO;MARCONI, 2016).

taxa de crescimento do PIB aliada a queda na vulnerabilidade a choques externos com inclusão social. Ambos os países promoveram alterações institucionais essenciais para superar as amarras ao baixo crescimento impostas pela fase neoliberal. Por outro lado, Colombini (2016) entende que na Argentina já existia um germen do novo desenvolvimentismo que transcendia o Kirchnerismo. Enquanto O'Connor (2010) sustenta que a Argentina não se aproveitou tão bem quanto o Brasil da estratégia novo desenvolvimentista. Há consenso em afirmar que as taxas de crescimento econômico visualizadas nas economias argentina e brasileira entre 2003 e 2010 podem ser atribuídas à uma combinação de um maior ativismo estatal e melhora no contexto internacional, que afrouxou as restrições nos balanços de pagamentos destes países.

Por outro lado, não há consenso na literatura de que Argentina e Brasil recorreram a uma estratégia 'novo' desenvolvimentista. Para Bresser-Pereira(2008) o Brasil não implementou o novo desenvolvimentismo porque permaneceu com as políticas macroeconômicas anteriores. Erber (2011) afirmou que o governo Lula não foi pautado pela perspectiva 'novo' desenvolvimentista, mas, pelo 'neodesenvolvimentismo'<sup>11</sup>. Ao passo que Mercadante (2010) entende que o 'novo' desenvolvimentismo foi a estratégia de desenvolvimento possível no contexto político que o governo Lula enfrentou. Santizo (2006) apelidou o 'novo' desenvolvimentismo na América Latina, de a 'economia política do possível', momento no qual os governos da região reavaliaram o papel do Estado frente a um mundo globalizado e financeirizado. Ou seja, o 'novo' desenvolvimentismo nada mais é do que uma 'economia política do possível' em um mundo financeirizado.

A volta da discussão a respeito do desenvolvimento em uma perspectiva atualizada às restrições impostas pela globalização/financeirização, aqui chamada de 'novo' desenvolvimentismo, esteve circunscrita a um momento histórico específico, qual seja, o fracasso do neoliberalismo que produziu crises profundas e ampliação da resistência popular que clamava por governos que abandonassem o reformismo neoliberal (RICZ, 2015; ROBERTS, 2014). Neste sentido, tanto o kirchnerismo como o lulismo despontavam como políticas de 'esquerda' ou progressistas, e, foram estes governos que executaram ações 'novo' desenvolvimentistas, que agora, ganharam a matiz 'esquerda' ou 'progressistas'. Cocco(2015);

11 Para Erber (2011) o novo desenvolvimentismo é puramente acadêmico e o neodesenvolvimentismo resulta da práxis política, o neodesenvolvimentismo é pragmático e manteve as regras e acordos definidos pelo mercado financeiro internacional.

Castañeda (apud BÓRON, 2007) diferenciam a ‘esquerda séria e racional’ (Cuba e Venezuela) da esquerda, chamada esquerda ‘populista’ ou ‘demagógica’ (Argentina e Brasil).

O que houve na Argentina, e também no Brasil, foi o fracasso do neoliberalismo que instaurou a noção de que só era possível ganhar uma eleição se o discurso fosse crítico às políticas do Consenso de Washington. Com essa bandeira triunfaram Kirchner e Lula, ainda que não tenham colocado em prática o prometido nas campanhas eleitorais (Borón, 2007). Na sequência mostraremos as especificidades do Kirchnerismo.

## 2.2. Kirchnerismo e ensaio desenvolvimentista na Argentina

A Argentina aplicou políticas de substituição de importações (MSI) entre as décadas de 1940 e 1973. Esta foi a fase do nacional-desenvolvimentismo argentino, quando a industrialização era vista como meio de promover o ‘*catching up*’ das nações periféricas em relação às ‘desenvolvidas’. Segundo O’Connor (2010) o desenvolvimentismo argentino baseou-se nos investimentos setoriais, especificamente na indústria pesada, energia elétrica, serviços, infra-estrutura e a modernização agropecuária como uma perspectiva de ‘big push<sup>12</sup>’.

O nacional-desenvolvimentismo argentino (1940-1973) considerava a criação de pólos produtivos de desenvolvimento, nos quais a atividade econômica era acompanhada por investimento público em infraestrutura que visava a integração nacional (O’Connor, 2010). Entre 1973 e 2009, a Argentina passou por um processo de perda da centralidade da indústria na formação do PIB<sup>13</sup>, o que gerou quedas na renda *per capita* aliada ao aumento nos níveis de pobreza e desigualdade social (O’Connor, 2010). A proeminência das políticas econômicas em detrimento das demais explica tal situação.

Detalhando o modelo de substituição de importações da Argentina consideramos que ele esteve atrelado a um estilo de “crescimento voltado para fora” com uma base agroexportadora forte<sup>14</sup> e altamente dependente das flutuações nos mercados externos. No período da conversibilidade (entre 1991 e 2001) defendia-se que a agroexportação ajudaria a superar a estagnação econômica, a qual era vinculada ao modelo semi-fechado promovido pelo MSI.

12 Teoria do Big Push foi criada por Roseinsein-Rodan, para explicar que os países em desenvolvimento necessitam de uma grande quantidade de investimentos para se desenvolver.

13 Teóricos brasileiros como Bresser-Pereira chamaram esta situação de doença holandesa.

14 Especificamente os períodos 1976-1983 e 1989-2002.

Assim, no período da conversibilidade, o modelo agroexportador foi visto como uma plataforma para consolidação do crescimento que viria a partir das políticas pró-mercado<sup>15</sup> (CUNHA; FERRARI, 2008). A expansão agroexportadora estava diretamente associada à expansão da renda e do consumo internos ao país. Este movimento histórico foi importante para que a Argentina conseguisse, em comparação aos demais países do continente, obter uma sociedade mais homogênea sem sair da periferia do sistema, e usando uma base produtiva tradicional.

A emergência política do Kirchnerismo só pode ser explicada pelo período de combate à inflação a partir do *currency board*<sup>16</sup>. Já que após o final da década de 1990 e início do século XXI, a Argentina entrou em uma recessão profunda, aliada a desindustrialização, com quedas bruscas nos indicadores sociais e piora na distribuição da renda<sup>17</sup>. De maneira a que a Argentina “passou (...) de um país caracterizado por uma alta homogeneidade social, para um novo perfil de concentração de renda mais próximo à realidade média latino-americana” (CUNHA; FERRARI, 2008).

Os anos 2001 a 2003 foram caracterizados por uma ‘certa’ recuperação da economia argentina, a qual esteve fortemente atrelada à melhora no cenário internacional para venda de *commodities*. Em 2003, Néstor Kirchner<sup>18</sup> iniciou seu governo defendendo a neutralização dos efeitos negativos das reformas neoliberais via uma estratégia ‘novo’ desenvolvimentista, porém, mantendo medidas econômicas de seus antecessores<sup>19</sup>. Quando Néstor Kirchner assumiu o poder em 2003, 38% da população estava desempregada, 47,6% abaixo da linha da pobreza e com piora na distribuição de renda (MOREIRA; BARBOSA, 2010).

Considerando o período 2003-2007, as principais medidas políticas e econômicas adotadas por Néstor Kirchner foram: i) distanciamento das relações com os EUA; ii) implantação de políticas de desenvolvimento regional; iii) aporte de recursos para as políticas educacionais, com restabelecimento de centros de pesquisa e tecnologia (MOREIRA; BARBOSA, 2010). A respeito das políticas sociais, houve ampliação do orçamento com a assistência social e criação

15 Já na década de 1990, a crise da dívida externa impulsionou a tentativa de retorno ao “caminho natural a seguir”, especialmente pelo peso sobre as contas públicas, explosão hiperinflacionária

16 Robert Mundell e John Williamson<sup>#</sup> (apud CUNHA; FERRARI, 2008), foi tida como um caso de sucesso no combate à inflação através da adoção de um regime cambial fixo (*Currency Board – CB*), adquirindo alta credibilidade das autoridades monetárias dos países que passaram por inflação crônica.

17 A crise alcançou tamanha proporção que, em meados de 2002, a pobreza passou a afetar metade da população da Argentina e a distribuição de renda do país, no contexto latino-americano, só não era pior do que do Brasil (CUNHA; FERRARI, 2008).

18 Período dos governos na Argentina: Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011).

19 Carlos Menen governou a Argentina de 1989 à 1999, sendo sucedido por Fernando De La Rúa (1999-2002) e Eduardo Duhalde (2002-2003).

de um programa de transferência de renda para jovens abaixo da linha da pobreza. Porém, o marco da gestão de Néstor foi a ruptura da passividade do Estado, estabelecendo a supremacia da política em relação à economia. O contexto internacional favorável (*boom de commodities*) foi central para que as políticas sociais e assistenciais de Néstor Kirchner pudessem ser financiadas.

Em 2007, Cristina Kirchner foi eleita presidente, sem conseguir fazer maioria no congresso. A crise de 2008 afetou profundamente o país, que ainda se recuperava da crise de 2001 e do processo de renegociação da dívida externa executado por Néstor em 2005. Lembrando que a crise financeira global foi responsável por reduzir as taxas de crescimento econômico da maioria dos países da América Latina, especificamente no caso da Argentina que passou “*de ser el país que crecía más rápido a uno de los evolucionaba más lentamente*” (LUCA; MALAMUD, 2010). O primeiro governo de Cristina Kirchner enfrentou: i) greve dos produtores agrícolas<sup>20</sup>; ii) renegociações com os credores do Clube de Paris<sup>21</sup>; iii) inflação com tendência de alta associada a queda nos preços das *commodities*; iv) queda na arrecadação fiscal e a turbulência no mercado internacional após 2008 (Wylde, 2012).

O ano de 2009 foi um marco da agenda política de Cristina, já que o governo priorizou um maior protagonismo estatal em termos regulatórios, produtivos e assistenciais. O governo de Cristina, assim como o de Néstor foi marcado pela forte centralização na tomada de decisões e de uma liderança voltada ao confronto. O fim do governo de Cristina Fernández Kirchner foi marcado por uma crise organizacional<sup>22</sup>, perda da legitimidade e desgaste do apoio social. Moreira e Barbosa (2010) concluem que um modelo de gestão que tende a modificar a matriz neoliberal (embora não em todas as suas áreas) não consegue consolidar-se hegemonicamente, especialmente quando cercado por uma crise política que leva a perda de eficácia de muitas de suas medidas. É importante comentarmos que tal cenário também foi válido para o segundo governo de Dilma Rousseff no Brasil. No próximo tópico, vamos contextualizar o lulismo e seu modelo de ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista.

20 A crise política enfrentada por Cristina após a política tarifária chamada de ‘*retenciones*’ foi essencial para que seu governo perdesse apoio das classes médias rurais e urbanas.

21 Em 2010, a Argentina reestruturou o restante da dívida externa. Em 2012, Cristina Fernandez Kirchner colocou os fundos abutres na justiça. Os fundos abutres foram os 7% dos credores da dívida argentina, que em 2010 não aceitaram os termos de renegociação da dívida efetuado.

22 Julio Cobos, vice-presidente, votou contra o governo durante os debates parlamentares pelo projeto de aumento das retenções agrícolas.



### 2.3. Lulismo e o ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista no Brasil

Similar ao caso Argentino, o Brasil após a década de 1930 passou a estimular a indústria nacional, com uma perspectiva política clara de alcançar a industrialização. Vale destacar que a industrialização brasileira esteve relacionada diretamente com a acumulação de capital industrial aliada à exportação, especialmente de café (SUZIGAN, 1986). O primeiro momento da industrialização brasileira esteve associado à substituição de importações de produtos que estavam com restrição no mercado externo. Assim, o ‘motor do crescimento’ era exógeno à economia brasileira (SUZIGAN 1986). Nos anos 1950, o Plano de Metas almejava internalizar a indústria pesada no país, via capital industrial (SUZIGAN<sup>23</sup>, 1986).

O estruturalismo cepalino foi essencial para delinear e executar o plano de metas, a perspectiva presente era que a superação do subdesenvolvimento seria obtida pela industrialização, a qual redefiniria as relações comerciais entre centro e periferia (CURADO, 2013, p. 620). O governo brasileiro do período militar foi fortemente apoiador da estratégia de industrialização, sendo responsável pela internalização da indústria de base e produção de insumos industriais, com resultados na redução das importações (CURADO, 2013). O período entre 1980 e 1994 esteve marcado tanto pela crise de dívida como pelas várias tentativas de conter o processo inflacionário.

Após 1994, a estabilidade nos níveis de preço passou a ser a tônica das políticas econômicas e de desenvolvimento, de forma a que a política econômica passou a ‘amarrar’ as demais políticas, deixando-as refém da busca pela estabilidade nos níveis de preço. Este cenário produziu aumento nos níveis de desemprego, aumentos nos níveis de pobreza e desigualdade social e enfraquecimento do papel do Estado na economia. O país chegou em 2002 para as eleições presidenciais com uma crise econômica séria.

A instabilidade econômica era tamanha, no final do governo FHC, que as eleições de 2002 foram dominadas pelo ‘medo’ dos mercados financeiros em ter um ex-sindicalista como presidente. Foi neste contexto que foi lançada a “Carta ao povo brasileiro”, na qual Lula se comprometia com a estabilidade econômica e com a manutenção da política econômica do período anterior, exatamente aquela que gerava desemprego e baixo crescimento do PIB aliado à exclusão social (PAULANI, 2003).

O início do governo Lula foi marcado pela ortodoxia no que concerne à condução da política econômica (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011 apud SILVA, 2015), a qual foi minorada por políticas anti-pobreza relacionadas ao combate à fome (Fome Zero) e transferência de renda com condicionalidades (Bolsa Família). O que fez da primeira gestão de Lula algo de diferente em relação ao governo anterior foi a inclusão de atores sociais nos processos decisórios e ações de fomento a um mercado de consumo de massas, a principal ação neste sentido foi a política de valorização real do salário mínimo. Ambas, somadas à expansão do crédito bancário, ao processo de formalização do mercado de trabalho, queda nas taxas de desemprego e cenário externo altamente favorável, contribuíram significativamente para ampliar o poder de compra da população que dinamizou o crescimento econômico do país. Contudo, cabe ressaltarmos que os avanços obtidos no período foram associados ao consumo, ou seja, limitaram-se ao âmbito privado e individual (ROSSI; BIANCARELLI, 2014, p. 25).

O segundo governo Lula tencionou mais ainda as coalizões entre ortodoxia e ‘novo’ desenvolvimentismo ao adotar medidas voltadas ao mercado consumidor de massas, planejamento de políticas públicas pelo Estado e incentivos ao investimento industrial (SILVA, 2015). O ponto de inflexão para o novo-desenvolvimentismo foi a crise internacional de 2008 que levou o governo a adotar medidas anticíclicas para conter seus efeitos através do aumento do consumo e investimento (SILVA, 2015, p.10).

Destacando que Rossi (2015) e Orair (2016) mostraram uma certa flexibilização do superávit primário especialmente após 2008, quando a política fiscal passou a ser usada como medida anticíclica. Consideramos esta uma das medidas mais ‘radicais’ do governo Lula com intuito de customizar o tripé macroeconômico para o modelo de consumo de massas, visando reforçar outras estratégias ‘novo’ desenvolvimentistas. O próximo tópico discute os casos específicos de Argentina e Brasil.

### **3. Características gerais do ‘Ensaio’ Desenvolvimentista na Argentina e no Brasil**

Gerchunoff;Aguirre(2004) entendem o ‘novo’ desenvolvimentismo como uma estratégia de desenvolvimento em um contexto de economia aberta. Após 1990, a Argentina foi marcada pela presença do ‘novo’ desenvolvimentismo em diferentes etapas: a primeira, antes de Néstor Kirchner, no período de *currency board*, com o regime cambial competitivo que favoreceu a

exportação de *commodities* e expansão da produção industrial, enquanto o consumo doméstico, o emprego e a renda estavam em queda (FRENKEL; RAPETTI, 2008). A segunda etapa, iniciada no fim de 2002, caracterizada pela expansão da demanda doméstica e consolidação da exportação de *commodities* (FRENKEL; RAPETTI, 2008). Por fim, já no governo de Néstor Kirchner, houve a retomada dos investimentos na produção industrial através de subsídios e renúncias tributárias e investimento em infraestrutura (WYLDE, 2012).

Rossi;Biancarelli (2014), à luz da experiência brasileira, qualificam o ‘novo’ desenvolvimentismo no Brasil como sendo do tipo econômico, pois a intervenção estatal, a melhora na estrutura produtiva e a defesa do interesse nacional andaram junto da piora na distribuição de renda e das diferenças sociais<sup>24</sup>.

Em se tratando da vulnerabilidade externa, o ‘novo’ desenvolvimentismo defende o controle dos fluxos externos de capitais, sem obviamente, quebrar contratos ou desprezitar estatutos do Fundo Monetário Internacional.

Trata-se de um novo modelo de política econômica, incluindo-se medidas fiscais, cambiais e monetárias no melhor estilo keynesiano e desenvolvimentista. Mas não só: além das políticas econômicas tradicionais, uma série de medidas são prescritas, tais como a constituição de um sistema avançado de educação básica e de inovação tecnológica, mecanismos endógenos e privados de financiamento do investimento produtivo e a segurança jurídica dos contratos e da propriedade privada. Tudo isto seria vão se não existir um empresariado nacional forte, um dos pilares do projeto novo-desenvolvimentista (SICSÚ et. al., 2007, p. 77).

Sicsú et al. (2007) entendem que os ‘novo’ desenvolvimentistas criticavam os programas assistenciais, por exemplo, os programas de transferência de renda com condicionalidades. Porém, consideram-nos necessários para a inclusão social e produtiva de segmentos desfavorecidos. Para eles, a melhor política para reduzir a pobreza e desigualdade é um Estado ativo, fomentador do investimento privado, o qual tenderá a ampliar a produção, emprego e renda dos trabalhadores. Assim, o projeto ‘novo’ desenvolvimentista baseiou-se no crescimento econômico como promotor de ações para uma sociedade mais igual (Castelo Branco, 2006).

No que concerne à poupança externa, questão central no estruturalismo cepalino, passou a ser menor no ‘novo’ desenvolvimentismo, já que houve falta de sustentação teórica por não considerarem que os *déficits* em conta corrente ocorriam pela contínua apreciação cambial,

24 Salientamos que o aumento da desigualdade de renda entre indivíduos ampliou absurdamente no Mundo com o advento da Globalização e financeirização da riqueza (Milanovic, 2017). Ou seja, parece que é algo relacionado também com o ‘modelo’ capitalista global.

causada por políticas de crescimento que apreciavam a moeda nacional e substituíam a poupança interna pela externa (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Por outro lado, a manutenção do tripé macroeconômico, que faz parte do modelo, tendia a reduzir o crescimento do PIB, peça-chave para a virtuosidade desenhada e esperada. Assim, a crise de 2008 veio colorir esta inconsistência presente no modelo, exatamente quando a política monetária teve que considerar o choque de oferta em suas decisões, a política fiscal introjetou ações anticíclicas e o câmbio passou a ser mais orientado para as necessidades do mercado interno dos países. Nesta circunstância, o questionamento que ficava era se os três artifícios enumerados seriam suficientes para promover uma maior participação do Estado na economia. ROSSI;BIANCARELLI (2014) refletem a respeito da inadequação do uso de metas fiscais anuais para um modelo de crescimento de longo prazo, já que as metas anuais desconsideram o ciclo econômico e a endogeneidade presente na relação entre gasto público e crescimento do produto.

A política fiscal foi um ponto central nos ‘ensaios’ desenvolvimentistas argentino e brasileiro, já que a mesma deveria ser orientada para ampliar os níveis de investimento público e privado. Assim, um aspecto crítico no modelo é a perspectiva de ‘pensar o longo’ prazo ser cerceada por uma ação fiscal anual, ou seja, de curto prazo. Logo, o modelo ‘novo’ desenvolvimentista promoveu o descasamento entre a política macroeconômica (especialmente a fiscal) e a estratégia de desenvolvimento (ROSSI; BIANCARELLI, 2014, p.36). Óbvio que este descasamento gerou resultados limitantes ao ‘ensaio’ desenvolvimentista aplicado em Argentina e Brasil. O que no fundo, resultou que as políticas macroeconômicas passaram a limitar as possibilidades de avanços nas estruturas produtivas aliada e incapacidade em reduzir as desigualdades sociais (ROSSI; BIANCARELLI, 2014). No próximo tópico, passaremos à comparação das *práxis* ‘novo’ desenvolvimentistas na Argentina e Brasil.

#### **4. Comparação do ‘ensaio’ desenvolvimentismo Argentino e Brasileiro**

A análise comparativa entre os dois ‘ensaios’ de ‘novo’ desenvolvimentistas deve ser contextualizada por duas questões centrais: i) a Argentina conseguiu romper mais fortemente com o modelo neoliberal por ter tido uma crise econômica, social e política mais profunda após o fim da conversibilidade; e; ii) o novo desenvolvimentismo brasileiro só pode ser compreendido por suas ‘fases’.

Com relação à Argentina, salientamos que a profundidade da crise foi tanta que o PIB do país caiu 10,9% entre 2001 e 2002, a taxa de desemprego chegou a 21,5% em 2002 (WYLDE,2011), a crise foi promovida o colapso do modelo econômico neoliberal levando à renúncia do presidente (Silva, 2015). Enquanto no Brasil, a crise foi mais amena e permitiu a manutenção do modelo neoliberal até o final do mandato presidencial.

A respeito do Brasil, o governo Lula foi analisado em fases por diferentes autores. Alguns autores dividem o governo em duas fases, a primeira seria neoliberal (2003-2006) e a segunda seria ‘novo’<sup>25</sup> desenvolvimentista (2006-2010) (Barbosa;Souza,2010);(Mercadante, 2010);(Morais;Saad-Filho,2011). Singer(2010), divide os governos Lula em três momentos, a fase neoliberal, a inflexão novo-desenvolvimentista e o aprofundamento do modelo em resposta à crise internacional. Enquanto, Gonçalves (2010) ressalta a inexistência de modificações estruturais, aproximando o modelo ao neoliberalismo pré 2003.

Tendo estas duas ressalvas, passaremos à análise comparativa a partir de alguns aspectos econômicos. As principais bases teóricas do modelo ‘novo’ desenvolvimentista foram: i) equilíbrio fiscal; ii) promoção do Investimento estatal para complementar o investimento privado; iii) adoção de regime cambial competitivo para proteger a indústria e promover as exportações em um contexto de abertura comercial.

Com relação a estes três aspectos macroeconômicos ressaltamos: a) A Argentina foi capaz de romper com a meta de superávit primário, exatamente por ter sido ‘obrigada’ a renegociar os termos e contratos de seus títulos de dívida externa. Mais ainda, por ter se tornado um país insolvente, a Argentina teve a seu favor um certo empoderamento, já que aos credores restavam a possibilidade de aceitar os termos dos contratos oferecidos pela Argentina, ou, o não recebimento. b) Exatamente por ter uma menor pressão sobre a política fiscal, as gestões de Néstor (principalmente) e de Cristina puderam ter uma maior margem de manobra fiscal. c) Com o fim da conversibilidade, a Argentina conseguiu manter uma taxa de câmbio competitiva, chamada de SCRER - Stable and Competitive Real Exchange Rate<sup>26</sup>. Como resultado destas três questões podemos observar os dados da Argentina serem melhores que aqueles apresentados pelo Brasil para o mesmo período.

25 Os autores não usaram o termo novo desenvolvimentismo.

26 Tradução própria: Taxa de Câmbio Estável e Competitiva.

Tabela 1. Taxas de crescimento do PIB, inflação e investimento na Argentina entre 2002-2011

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Taxa de Crescimento PIB<sup>27</sup></b>	-10,9	8,8	9	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9	9	6
<b>Taxa de inflação</b>	25,9	13,4	4,4	9,6	10,9	17,7	22,6	13,3	19,5	n/a
<b>Taxa de investimento</b>	12,5	14,1	18,7	20,8	23	24,1	25,2	21,2	24,5	24,5

\*Fonte: Salama, 2012.

Tabela 2. Taxas de crescimento do PIB, inflação e investimento no Brasil entre 2002-2011

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Taxa de Crescimento PIB</b>	3,05	1,14	5,76	3,2	3,96	6,07	5,09	-0,13	7,53	3,97
<b>Taxa de inflação</b>	12,53	9,3	7,6	5,69	3,14	4,46	5,9	4,31	5,91	6,5
<b>Taxa de investimento<sup>28</sup></b>	17,9	16,6	17,3	17,1	17,2	18	19,4	19,1	20,5	20,6

\*IPEADATA e IBGE: Formação bruta de capital fixo, valores correntes e constantes e taxa de investimento - 2001-2015

O comparativo dos dados da Argentina e do Brasil nos permite ilustrar uma taxa de crescimento do PIB maior no período, especialmente entre os anos 2003 e 2008. Lembrando que a Argentina renegociou sua dívida a partir de um título ‘cupón PIB’ de forma que os credores tinham incentivo caso o produto do país crescesse. A taxa de crescimento do investimento nos dois países também é um ponto a destacar, sendo que a Argentina assim que supera a fase mais crítica de sua crise, passa a ter uma taxa de investimento superior à brasileira.

27 É preciso destacar que as taxas de crescimento do PIB após 2002 são grandes exatamente pq a taxa de 2002 foi muito baixa. Ou seja, a queda de 10% do PIB em 2002, influenciou, estatisticamente as taxas de crescimento observadas nos anos posteriores, especialmente, em 2003 e 2004.

28 Foi considerada a Formação Bruta de Capital Fixo como consolidação dos investimentos

Enquanto isso, o Brasil esteve fortemente influenciado pelo mercado financeiro internacional, de forma a que na primeira gestão do governo Lula, o país gerou superávits primários acima daqueles previstos pelo acordo com o FMI, assinado em 2001. Com isso, nos primeiros dois anos de mandato do presidente Lula, a margem de atuação do Estado enquanto promotor do investimento privado foi nula. A política cambial ficou refém do risco inflacionário que veio junto às eleições de 2002 e os ataques à moeda nacional, com desvalorizações do real. Assim, o país assistiu a uma sobrevalorização significativa da taxa de câmbio do país, o que além de promover a perda de competitividade da produção nacional, provocou um déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos (Bresser-Pereira, 2008).

A segunda fase do governo Lula, segundo ERBER (2011) se baseou em: 1. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Investimento em setores de energia, saneamento e logística (infraestrutura) com financiamento do BNDES para empresas privadas e estatais; 2. Programa “Minha Casa, Minha Vida”: crédito imobiliário e investimento residencial público e privado; 3. Aumento do consumo das famílias *vis-à-vis* aumento do investimento. O primeiro em decorrência do programa de transferência de renda (Bolsa Família), da valorização do salário mínimo e da formalização do mercado de trabalho; o segundo devido crédito dos bancos públicos e desoneração fiscal; 4. Incentivos fiscais e investimentos em tecnologia e inovação; 5. Relações externas com países da América Latina e BRICS (países em desenvolvimento).

A respeito da análise social, Argentina e Brasil, puderam assistir a uma ampliação dos gastos do governo com as rubricas educação, saúde e assistência social, momento em que foram criados ou expandidos os programas de transferência de renda com condicionalidades, e uso crescente da política de reajuste dos níveis salariais para fomentar o mercado de consumo interno a ambos os países (Wylde, 2011)

Finalmente, a respeito do aspecto político, ou seja, da forma de governar, podemos dizer que a Argentina dos Kirchners teve características mais centralizadora e concentradora da tomada de decisão (Silva, 2015). Borón (2007) ressalta as políticas sociais e de direitos humanos desenhadas e executadas no período 2003-2010. Ao passo que o governo Lula, devido sua origem vinculada aos movimentos sociais, pode governar de uma forma mais conciliadora, e exatamente por isso, efetuou uma gestão bem mais ‘conservadora’ e próxima ao mercado financeiro nacional e internacional em comparação com a Argentina no mesmo período.

Para sintetizar a discussão a respeito dos pontos de divergência entre o ‘novo’ desenvolvimentismo argentino e brasileiro, apresentaremos um quadro síntese, o qual visa resumir a discussão apresentada neste tópico.

### Quadro Sumário – Novo desenvolvimentismo na Argentina x Brasil

País/característica	Econômicas	Sociais	Políticas
Argentina	<p>PF expansionista: rompe com os credores internacionais em 2007; renegociação da dívida fiscal (trocou títulos em <i>default</i> por novos papéis, o “cupón PIB”); recolhimento de impostos sobre exportações para aumentar a arrecadação;</p> <p>PC: sustentou a taxa de câmbio real SCRER;</p> <p>PM: sustentou a estabilidade de preços e estimulou a poupança doméstica.</p>	<p>Estabeleceu medidas que disponibilizavam maior orçamento para gastos com assistência social e a criação de renda para menores de 18 anos abaixo da linha de pobreza; “Asignación Universal por Hijo” (AUH): renda fixa mensal a famílias que mantenham os filhos na escola e com a carteira de vacinação em dia; Valorização dos salários reais.</p>	<p>“Forma de governar”: medidas sociais e inclusivas. Manteve proximidade do mercado. Autoritária e centralizadora. Afastou-se da relação carnal com os EUA e se aproximou dos vizinhos Latino Americanos.</p>
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mantém o tripé macroeconômico no primeiro governo;</li> <li>- Ganhos salariais acima da inflação;</li> <li>- Aumento do consumo das famílias em decorrência do programa de transferência de renda (Bolsa Família), da valorização do salário mínimo e da formalização do mercado de trabalho;</li> <li>- Investimento em setores de energia, saneamento e logística;</li> <li>- Política Fiscal anticíclica no período da crise de 2008;</li> <li>- Fomento à formação de um mercado consumidor de massas.</li> <li>- Reformas da Previdência, Tributária e Monetária</li> </ul>	<p>Educação: programa de inclusão digital com isenção de PIS/Confins; FIES; ProUni; expansão das universidades federais.</p> <p>Saúde: “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados”; “Entidades Sem Fins Lucrativos com foco em Assistência Social e Saúde”; isenção de PIS/COFINS para medicamentos.</p> <p>Assistência Social: Bolsa Família; criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004).</p>	<p>“Forma de governar”: se apoiou no “Brasil Profundo”<sup>29</sup>, nos setores mais pobres e marginalizados da sociedade. Visou integração social via consumo. Cuidou muito bem da relação com o mercado financeiro. Manteve a condução das políticas econômicas com base nos preceitos ortodoxos e neoliberais do governo FHC. Promoveu uma liderança popular, com boas relações internacionais.</p>



\*Elaboração própria a partir de pesquisas e leituras realizadas.

Assim, os principais aspectos que divergem entre o ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista argentino e brasileiro centraram-se nos aspectos macroeconômico, especificamente, nas políticas fiscais e cambiais. A Argentina logrou uma política fiscal mais ativa e anti-cíclica, exatamente por ter rompido com o mercado financeiro internacional, como consequência, pode deixar de cumprir as ‘metas de superávit primário’ tão exigidas do Brasil. Ao mesmo tempo, a Argentina ao renegociar suas dívidas pode tanto inserir a cláusula de ‘*cupón PIB*’ como incluir um imposto sobre os lucros advindos das exportações - *retenciones*. Ambas ações ampliaram a margem de manobra do país para executar a política fiscal. Em termos cambiais, a Argentina pode adotar o modelo de câmbio estável e competitivo (SCRER), algo que ampliou a competitividade dos produtos argentinos frente ao mercado internacional.

## 5. Considerações finais

As considerações finais a respeito do ‘ensaio’ novo desenvolvimentista na Argentina e no Brasil nos permite retomar Santizo (2006) quando ele afirma que o que se assistiu na América Latina nos anos 2000 foi uma ‘economia política do possível’, ou seja, o ‘novo’ desenvolvimentismo nada mais foi do que um conjunto de práticas políticas possíveis de ser aplicadas em um Mundo financeirizado e globalizado. Por isso, este artigo insistiu em apelidar o ‘novo’ desenvolvimentismo na Argentina e no Brasil de ‘ensaio’. Entendemos que foi um ensaio, porque não foram aprofundados os preceitos de longo prazo, preceitos tão presentes nas correntes nacional-desenvolvimentistas, as fontes originais de inspiração ao ‘novo’ desenvolvimentismo. Ou seja, a despeito da nomenclatura acadêmica trazer o termo ‘desenvolvimentismo’, há uma confusão em relação à perspectiva desenvolvimentista original, já que ela centrava-se no planejamento de longo prazo.

Os ‘ensaios’ ‘novo’ desenvolvimentistas, por estarem afeitos a manter contratos e as regras do mercado financeiro internacional, focaram no curto prazo, quando muito no médio prazo. Não existe uma construção de planejamento que almeje o longo prazo, a internalização de um segmento específico da indústria ou avanço em alguma área da ciência vinculada com a quarta revolução industrial. Neste sentido, o ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista esteve centrado

naquilo que ‘foi possível’ fazer tendo em vista o contexto econômico, político, institucional e cultural pós financeirização e globalização.

Por isso, o projeto teve um prazo curto de execução, já que após 2010, o modelo passou a ser crescentemente questionado em ambos os países, o que levou a sua reversão após 2014. Estes foram os aspectos nos quais os modelos convergiram. No entanto, existem alguns aspectos em que os modelos divergiriam, sendo estes aspectos os mais importantes.

As divergências centraram na condução da política fiscal, na qual a Argentina pode realizar ações condizentes com uma perspectiva mais keynesiana, de colocar o Estado como indutor do investimento privado. Ações como a cláusula de ‘cupón PIB’ e criação do imposto sobre os lucros de importações -retenciones - fizeram com que o país pudesse ampliar sua margem para uma política fiscal mais ativa, e mais voltada ao longo prazo.

Por outro lado, o fim da conversibilidade, trouxe à Argentina a possibilidade de ter uma taxa de câmbio competitiva e estável, fato que deu certo fôlego ao país no que concerne às contas externas. Nestes termos, os pontos nos quais o ‘ensaio’ ‘novo’ desenvolvimentista argentino foi mais audacioso que a versão brasileira, guardam relação direta com o fato de que na Argentina houve o rompimento do modelo neoliberal, o qual foi executado ao paroxismo na fase de conversibilidade. Assim, as divergências no modelo parecem guardar relação direta com um maior radicalismo possível frente a uma crise sem precedentes, algo não visualizado no Brasil.

Assim, na ‘economia política do possível’ o ‘novo’ desenvolvimentismo sofreu as consequências do que havia ocorrido exatamente nos anos que o modelo almejou superar, quais sejam, os anos de neoliberalismo. E quanto mais radical foi a ruptura social resultante dos anos de neoliberalismo, mais os resultados sobre o ‘novo’ desenvolvimentismo se encaminharam para uma maior autonomia do Estado frente aos mercados financeiros nacionais e internacionais.

## 6. Referências Bibliográficas

BORON, Atilio A. Néstor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina. Traduzido por Pedro Fassoni Arruda. **Revista Lutas Sociais**, nº 17/18. ISSN: 1415-854X. São Paulo, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, volume 26, nº. 75. ISSN: 1806-9592. São Paulo, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, volume 30, nº 4 (120), outubro-dezembro. ISSN: 1809-4538. São Paulo, 2010, p. 663-686.

BOSCHI, Renato; GAITAN, Flavio. **State interventionism and development policies in Latin America**. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.53, pp.303-319. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000200008>.

CARNEIRO, Ricardo et. al. Brazilian Development: strategic themes. Working papers n. 2; Rede Desenvolvimentista, Campinas, 2012, 33f.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino americano. **Revista Oikos**, volume 8, nº. 1. ISSN: 2236-8493. Rio de Janeiro, 2009, p. 71-91.

COCCO, G.. O capital que neutraliza e a necessidade de uma outra esquerda. **IHU On-Line (UNISINOS. Online)**, volume XV, 2015, p. 50-59.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, volume 15 no.41. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004). Acessado em: 27/10/2017

COLOMBINI, Iderly. Auge e declínio do “neodesarrollismo” argentino. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 2 (57), p. 401-428, ago. 2016

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**, volume 17, nº. 2 (33). ISSN: 0104-0618. Campinas, 2008, p. 219-252.

\_\_\_\_\_. A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, volume 29, nº 1 (113), janeiro/março, 2009.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**, Ano 07, Volume Especial, Curitiba, 2011, p. 91 à 103.

FRENKEL, R; RAPETTI, M. Five years of competitive and stable real exchange rate in Argentina, 2002-2007. **International Review of Applied Economics**, v. 22, n. 2, Mar. 2008, p. 215- 226.

ERBER, Fábio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, volume 31, nº 1 (121), janeiro-março/2011, p. 31-35.

HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: **Fundo da Cultura**, 1960, mimeo.

GERCHUNOFF, Pablo; AGUIRRE, Horacio. La Política Económica de Kirchner em la Argentina: vários estilos, una sola agenda. **Real Instituto Elcano**, DT nº 35, 2004.

LUCA, de Miguel; MALAMUD, Andrés. Argentina: turbulência econômica, polarización social y realineamiento político. **Revista de Ciência Política**, vol. 30, nº 2, 2010, p. 173-189.

MERCADANTE, Aloízio. As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010). **Tese de Doutorado em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas**. Campinas, 2010.

MOREIRA, Carlos; BARBOSA, Sebastián. El kirchnerismo em Argentina: origem, apogeo y crisis, su construcción de poder y forma de gobernar. **Sociedade e Cultura**, volume 13, nº. 2. ISSN: 1415-8566. Goiás, 2010, p. 193-200.

ORAIR, Rodrigo Otávio. Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. *Cadernos do Desenvolvimento* 11, n. 19, 12 december 2016. 167-79.

PAULANI, L. M. Brasil Delivery: a política econômica do governo Lula. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 4, oct/dec 2003.

RICZ, Judit. 2015. Towards a new model of state-led development in Brazil (?). **Institute of World Economics, Centre for Economic and Regional Studies**, Hungarian Academy of Sciences. [http://real.mtak.hu/29733/1/WP\\_215\\_Ricz.pdf](http://real.mtak.hu/29733/1/WP_215_Ricz.pdf).

ROBERTS, K. M. (2014): The Politics of Inequality and Redistribution in Latin America's Post-Adjustment Era. In: **Cornia, G. A. ed. (2014): Falling Inequality in Latin America. Policy Changes and Lessons**. Oxford University Press, Oxford. pp. 49-69.

ROSSI, P. Regime macroeconômico e o projeto social-desenvolvimentista, 2015. Available in: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3406>&gt;. Access in: 29 september 2017.

ROSSI, Pedro; BIANCARELLI, André. A política macroeconômica em uma estratégia socialdesenvolvimentista. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, volume 4, nº 1. ISSN: 2237-3985. Brasília, 2014, p. 21-38.

SALAMA, Pierre. Growth and inflation in Argentina under the Kirchner Governments. *Estud. av.* [online]. 2012, vol.26, n.75 [cited 2018-03-12], pp.157-172. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200010&lng=en&nrm=iso). ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200010>.

SAMPAIO JR, P. D. A. Developmentalism and new developmentalism: tragedy and farce. *Serviço Social & Sociedade*, 2012. (112): 672-688.

SANTIZO, (2006). Latin america's political economy of the possible - beyond good revolutionaries and free-marketers. MIT Press.

SICSÚ, João; PAULA, Luis Fernando; RENAUT, Michel. Por que Novo Desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.27, n.04, p.507-524, oct/dez.2007.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. Novo desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina: entre o debate acadêmico e a prática política. **Jornal: Nuevo desarrollismo en Brasil y Argentina: entre el debate académico y la práctica política**, 2015.

SUZIGAN, Wilson. **Industria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. Editora Brasiliense. 1986.

Wylde, Christopher. “Argentina, Kirchnerismo, and Neodesarrollismo: Argentine Political Economy under the Administration of Nestor Kirchner 2003-2007”. *Documento de Trabajo*, nº 44 (2010). <https://ecpr.eu/filestore/paperproposal/db391ae6-f0af-4a97-986d-d295994308ec.pdf>.

———. “State, Society and Markets in Argentina: The Political Economy of Neodesarrollismo under Néstor Kirchner, 2003–2007”. *Bulletin of Latin American Research* 30, nº 4 (1º de outubro de 2011): 436–52. <https://doi.org/10.1111/j.1470-9856.2011.00527.x>